



DELIBERAÇÃO
N.º 226 de 4 / 11 / 2020

APROVADA / REPROVADA POR
UNANIMIDADE MAIORIA ESCRUTINIO SECRETO

REUNIÃO
Ordinária Extraordinária Pública Privada

O SECRETÁRIO:
Carla

O PRESIDENTE DA CÂMARA
[Signature]

EXECUÇÃO/SEGUIMENTO
DJAG – Publicação Edital e site da autarquia
GAPV – Para conhecimento

PROPOSTA

N.º 226 / 2020 / GP

PROPONENTE: Presidência

PROVENIÊNCIA: DJAG – Divisão Jurídica e de Administração Geral

ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DE CMB REALIZADA EM 3 DE JUNHO DE 2020

Tendo em conta o disposto pelo n.º 2 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho a aprovação da ata da reunião ordinária pública da Câmara Municipal do Barreiro realizada em 3 de junho de 2020.

O Presidente da Câmara,

(Frederico Rosa)

- REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA -

Aos três dias do mês de junho de 2020, nas instalações do Auditório da Biblioteca Municipal do Barreiro, sita na Rua da Bandeira, União de Freguesias do Barreiro e Lavradio, teve início pelas dezassete horas e trinta e nove minutos, uma Reunião Ordinária Pública do Órgão Executivo da Câmara Municipal do Barreiro, sob a presidência do senhor Frederico Alexandre Aljustrel da Costa Rosa estando presentes os seguintes senhores vereadores: João António da Silva Pintassilgo, Sara Isabel Lopes Heitor, Rui Miguel Santos Braga, Rui Pedro Gaspar Lopo, Pedro Miguel da Cunha Estrela, Alexandra Maria dos Santos Gomes Alves Silvestre, Apolónia Maria Alberto Pereira Teixeira e Bruno Jorge Viegas Vitorino.

Os senhores vereadores **Sara Isabel da Conceição Ferreira, Sofia Amaro Martins, Paulo André Raposo de Assunção Fernandes e Sónia Isabel Oliveira Lobo**, por motivos profissionais foram substituídos pelos senhores vereadores **Pedro Miguel da Cunha Estrela, Alexandra Maria dos Santos Gomes Alves Silvestre e Apolónia Maria Alberto Pereira Teixeira**.

A ordem do dia da reunião faz parte integrante da presente ata e encontra-se inserta no final da mesma como "**Anexo A**".

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -

Apesar da sua natureza pública que determina a existência de um período de intervenção do público, previsto no art. 49º nº 1 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devido à pandemia Covid-19, esse período de intervenção não se realizou.

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -

Nos termos do disposto no art.º 52º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro foi iniciado o período antes da ordem do dia, onde se apresentaram e debateram assuntos de interesse geral da Autarquia.

O senhor **Presidente** procedeu à inclusão, aprovada pelo executivo por Unanimidade, na Ordem do Dia das seguintes propostas:

1. DIA DO BOMBEIRO 2020
2. ACEITAÇÃO DE DONATIVO EM ESPÉCIE – EDP PRODUÇÃO À CMB – COVID19
3. SAUDAÇÃO À ESCOLA FUZILEIROS NAVAIS E COMANDANTES

4. SAUDAÇÃO CAMPEÃ DO CÁLCULO MENTAL – JOANA COSTA

O Senhor **Presidente** cumprimentou os presentes, informando que a Escola de Fuzileiros Navais completou o seu quinquagésimo nono aniversário, mas também a cerimónia de términos de um Comandante Martins de Brito e tomada de posse do novo comandante da Escola de Fuzileiros, apesar de ser um regresso, Comandante Formiga deixando não só uma nota de parabéns á Escola, mas também uma nota de agradecimento ao comandante cessante e um bom regresso a quem retoma a uma casa de bastante importância para o concelho e para a Marinha Portuguesa.

O **Vereador Bruno Vitorino** iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes, dizendo que a relação que a Cidade do Barreiro tem com a Escola de Fuzileiros, especialmente nas questões da proteção civil, seria justo transformar a intervenção do Sr. Presidente num documentos e se todos aceitassem que integrasse a Ordem de Trabalhos como saudação ou moção, materializar num documento formal, isto porque estão sempre disponíveis para ajudar e colaboram em tudo o que lhe é solicitado pelo Executivo da Câmara.

O Senhor **Presidente** informou relativamente sobre o assunto COVID no Barreiro, tais como a reabertura do secundário, a reabertura do pré-escolar dizendo que relativamente a um assunto já debatido na reunião anterior sobre o alargamento dos testes àqueles que não eram funcionários da câmara, os auxiliares da câmara mas do Ministério, os testes estavam previstos e alargados a esse âmbito dos funcionários não sendo diretamente da camara, que iam estar ao serviço foram feitos.

Informou que o ritmo de abertura nas escolas foi muito similar aos do secundário, que no primeiro dia menos crianças mencionando resumidamente que na reabertura das aulas, na Escola Rita Seixas seriam esperadas quinze crianças tiveram seis crianças, na EB N.º 1 do Lavradio seria esperadas 11 e compareceram 10, na EB N.º 2 do Lavradio seria esperadas 10 e compareceram 10, na Escola dos Fidalguinhos seriam esperadas 8 e compareceram 2. No Agrupamento Augusto Cabrita, escola n.º 5 seriam esperadas 7 e compareceram 3, na escola n.º 6 seriam esperadas 2 não compareceu nenhuma criança, no Jardim de Infância N.º 1 seriam esperadas 26 e compareceram 15 e no Jardim de Infância n.º 3 seriam esperadas 11 e tiveram 6 crianças, no Jardim de Infância do Bairro das Palmeiras seriam esperadas 10 e compareceram 3. No Barreiro, Jardim de Infância n.º 1 não estaria à espera do contato de nenhuma criança, o qual realmente não compareceu apesar dessa expectativa, no n.º 2 estaria à espera de 20 crianças e estiveram 10. No Agrupamento de Casquilhos nomeadamente na Escola Quinta Nova da Telha seriam esperadas 15 compareceram 12, na Escola Básica do Barreiro esperadas 13 tiveram 4, Escola Básica n.º 9 seriam esperadas 22 e tiveram 19 e na Escola Básica de Palhais não estaria

esperadas nenhuma crianças, não compareceram nenhuma. No Agrupamento de Santo André, Escola Básica Telha Nova 1 seriam esperadas 14 tiveram 10, Bairro 25 de Abril esperadas 20 tiveram 11. No Agrupamento de Santo António, na Vila Chã esperadas 19 tiveram 14, na Cidade Sol esperadas 25 estiveram 17, Escola Básica da Penalva esperadas 16 tiveram 8 e no Jardim de Infância do Fonte do Feto esperadas 13 tiveram 10, tudo referente ao primeiro dia de reabertura das escolas.

O **Vereador João Pintassilgo** interveio dizendo que desde o dia 25 de maio os TCB aumentaram a sua oferta com uma programação muito próxima da oferta de agosto, a procura encontra-se acerca dos trinta e três por cento do esperado para o mês de maio com 12 mil validações diárias, a venda do título do agente único foi retomada, adaptou-se uma cortina de policarbonato e distribui-se álcool gel e mascarar aos motoristas para reforço de sua segurança, no dia 3 de junho foi reforçada a carreira 6 e ajustado o percurso da carreira 3 para melhorar a oferta na zona dos Casquilhos e Alto da Paiva no período noturno.

Respeitante à higienização continua a ser aplicado o produto ZONO, com a duração de trinta dias, com reforço semanal, no posto de condução aplicado sobretudo nas zonas de maior contato volante, banco e betoneiras. Ao nível de limpeza diária foram reforçadas as trabalhadoras que executam este serviço para além das limpezas regulares com limpezas durante o dia.

Informou também que na última reunião daria uma informação que não estaria correta relativamente ao processo de higienização, em que o produto ZONO tem a duração de trinta dias e que cria uma envolvente nos elementos que possam ter tocado, e que ficou reforçado no espaço do motorista semanalmente com o mesmo tipo de produto apenas difere a forma aplicar. Um assunto também mencionado na reunião anterior, que desconhecia sobre a limpeza das casas de banho existentes junto à Juventude do Lavradio devido a uma falha de trabalhadora que ficou com a chave, havendo uma descoordenação com a empresa, o qual já o assunto já se encontrava normalizado.

Informou também estaria a haver um aumento de procura da SOFLUSA, e que houve um aumento de fiscais da parte da manhã pelas carreiras de maior procura mantendo os dois terços de ocupação dos autocarros mantendo-se salvaguardada a questão sanitária com todas as pessoas a usar mascara.

O **Senhor Presidente** informou como já tinha mencionado na reunião anterior, que estaria a fazer um esforço para que no meio do mês ter os nadadores salvadores na praia, também com o feito de pedagogia o qual iria verificar a possibilidade sendo a fase mais complicada seria ter o equipamento todo para os respetivos nadadores salvadores, no entanto estaria a tentar certificar a possibilidade de iniciar no fim de semana seguinte tentando antecipar a vinda dos mesmos.

O **Vereador Bruno Vitorino** interveio para afirmar que há a necessidade que haja mais informação/formação nas pessoas, ou seja, as regras básicas de distanciamento social, da questão do uso das máscaras, da tipologia de máscaras que se pode usar e em que circunstâncias as devem usar e, por outro lado, há também a necessidade de fiscalização.

Congratulou a Câmara Municipal do Barreiro acerca do pequeno vídeo publicado sobre o uso das máscaras, considerando um dos vídeos mais úteis visualizados, dos muitos existentes na página de Facebook da Câmara Municipal do Barreiro, considerando que se trata de um vídeo simples, explicativo, demonstrando à população como fazer, podendo e ajudando muita gente.

Relativamente à fiscalização, o Vereador informou que tem sido feito um esforço imenso na Mata da Machada para ajudar e fazer cumprir, não havendo fiscalização própria, por exemplo, para fazer uso ou não do parque de merendas, não sendo fácil, onde foram colocados os jovens voluntários a dar explicações de como proceder a sua utilização, colocando cartazes informativos, mas mesmo assim as pessoas insistem no não cumprimento das regras. Trata-se de um problema que ocorre no concelho inteiro, devendo apertar mais na fiscalização para que sejam cumpridas as normas impostas.

A **Vereadora Alexandra Silvestre** iniciou a intervenção referindo que algumas das questões que tinha para colocar na reunião, o senhor Presidente de alguma forma já esclareceu na sua intervenção. Que essas questões tinham a ver com uma trabalhadora que testou positivo e a pergunta era se os restantes trabalhadores estavam em casa até saírem os resultados e o Presidente disse que sim. A segunda pergunta era se já se equacionou a higienização de todo o edifício e que ainda sobre o Covid, na sua opinião, o plano de desconfinamento não aconteceu. Também referiu que gostaria de perceber o que a Proteção Civil tem estado a discutir em termos do que ficou delegado nas autarquias autorizar ou não autorizar sobre a abertura de alguns espaços; que ficou também delegado nas autarquias poder encerrar alguns espaços aos quais deu autorização para abrir, que gostava de tentar perceber qual a opinião da Comissão de Proteção Civil onde também estão incluídas a autoridade de saúde e as forças de segurança e que informação o senhor Presidente pode dar a estas questões.

Referiu ainda uma outra questão que vai ao encontro daquilo que o vereador Bruno Vitorino também levantou e que também o iria referir que é sobre, aproveitando que os estudantes do ensino secundário regressaram às escolas, os alunos do 11º e 12ª anos, e que nesta faixa etária não há um aumento exponencial do número de infetados mas que estando assintomáticos podem ser portadores da infeção, e que pelo regresso às aulas podem levar a comportamentos de risco, pergunta, se não estaria equacionada alguma ação de sensibilização sobre o COVID, mais direcionada para estes alunos que pudesse ser realizada no âmbito da proteção civil à

semelhança das outras ações que foram feitas sobre a higienização e limpeza dos espaços e realizadas para os auxiliares e funcionários das escolas.

Outra questão que também gostava de perceber era se já se consegue conhecer, ao nível da reabertura no concelho, se existem novos números que possam permitir termos uma melhor “fotografia” das necessidades de apoio, e em termos da economia e dos negócios que possam ter fechado.

Por último referiu um assunto que está a ser discutido na Assembleia da República, uma petição sobre a construção de um centro de saúde no Alto do Seixalinho levada pela Comissão de Utentes e que sobre isto é mais uma preocupação que a Câmara deveria acompanhar. Uma outra informação que gostava de tentar perceber. Os utentes que não eram contabilizados porque tinham números de utentes esporádicos por não estarem ainda legalizados neste momento e que lhes foi dada uma autorização especial por parte do governo para a atribuição de um número de utente ainda que provisório. Informou que com isto vamos conseguir perceber quantos utentes existem sem médico de família porque enquanto estes utentes eram esporádicos as plataformas não os contabilizavam e, agora que contabilizam, há aqui um a oportunidade para se conhecer e perceber esses números e se quando deixar de ser atribuída a autorização especial perdemos essa oportunidade de ficar a conhecer os números dos utentes que não tem médico de família.

O **Senhor Presidente** interveio afirmando que é uma prioridade única de perceber o universo de utentes sem médico, e alguns utentes incluído estrangeiros residentes e que não tem médico de família irão constar nesse registo, sobre o Centro de Saúde estaria a ser discutido uma petição já antiga ainda referenciada com o primeiro terreno em que já foi aprovado um outro junto à escavadeira, já teria chegado fruo da decisão daquela adenda ao contrato passar para a ARS o projeto de arquitetura, o qual chegou meados de maio para que possa ser validado pelos serviços, que estaria previsto uma sala de pressão negativa que depois de avaliado/validado o projeto de arquitetura pelos serviços da Câmara, no qual fará parte das responsabilidades da câmara conforme contratualizado as especialidades para fazer o projeto, em que depois de validado terá em condições de o candidatar, não sendo normal a colocação dessa sala nos centros de saúde, mas sim em Hospitais.

Conforme já teria mencionado em reuniões anteriores haveria dados no fim do trimestre é que iria dar mais dados, onde se apanhou o meio de março, o mês de abril que foi o mês de maior confinamento e depois no mês de maio que na sua ultima quinzena começaria a ter as fases desconfinamento, e os dados que permitiria ter uma avaliação independentemente dos dados mais locais, menos interconectados com uma série de parâmetros que os possamos ter, mas a

grande fotografia que poderá ser visualizada no final daquele trimestre, mês, abril, maio e junho podendo ser valido para outros dados a ser consultados genericamente.

A Comissão de Proteção Civil discutiu e concordou na abertura de alguns estabelecimentos, apenas aqueles que teriam 400 m2 devido á capacidade económica de implementação de medidas, à indexação às caixas de operadores e ao espaço de forma a melhor adaptarem-se, aprovando a sua reabertura desde que cumpram as regras impostas, mais distanciamento entre mesas, menor número de pessoas numa mesa.

O Vereador Rui Lopo reiterou aquilo que disseram em reuniões anteriores sobre os grupos de risco na Câmara. Disse continuamos com a informação que existem trabalhadores que não estão em condições de trabalhar fisicamente nas instalações municipais, renovada creio que por despacho de Conselho de Ministros a questão das medidas que devem ser serem adotadas e que continua a recomendar para quem possa fazer trabalho a partir de casa, particularmente na Área Metropolitana de Lisboa, quer nos transportes quer na Câmara. Sabemos de muita gente que são doentes ou ex doentes oncológicos, pessoas pós operadas, enfim, pessoas que claramente estão no grupo de risco e que nós comprovadamente por informação que aqui foi dada, aliás temos a informação que são dois trabalhadores com resultados positivos, o número não vem ao caso, sejam um ou dois já são em número suficiente para reforçarmos a nossa preocupação. Confirma-se a nossa equidade com que temos de tratar o tema dos trabalhadores, ou seja, se as pessoas pertencem a um grupo de risco não vale a pena “arriscar” a que estejam a trabalhar fisicamente. O vereador João Pintassilgo está agora a dizer - não sabemos. Como é lógico que não vamos dizer em sessão de Câmara nem confidenciar, não vamos fazer “queixinhas” sobre quem está nessas condições, porque cabe aos serviços, cabe às chefias e aos próprios trabalhadores alertarem para situações dessas, não cabe aos colegas, cabe a todos estes responsáveis no sentido de intervirem para mitigarem o problema e confirmando-se agora que há pessoas infetadas, é um facto que seria uma questão de tempo e de probabilidades estatísticas, portanto confirma-se que temos de redobrar os cuidados.

O Presidente frisou que quem define quem estará no grupo de risco seria os serviços de saúde que acompanham a autarquia, ou seja, é baseado na informação médica que são definidos os profissionais, os grupos de risco mediante o trabalho sendo uma avaliação feita pelos profissionais de saúde.

O Vereador Pedro Estrela solicitou informações sobre a linha de apoio extraordinário que foi aprovada em abril, para fazer face à pandemia junto do movimento associativo e que há cerca de um mês foram aprovadas as verbas destinadas atribuir a cada uma das coletividades, para fazer face a esta situação extraordinária e urgente. Tomamos conhecimento que algumas das

coletividades ainda não teriam recebido as verbas que eram importantes nesta situação de emergência. Algumas das coletividades continuam encerradas e até por orientações algumas atividades encontram-se suspensas e continuarão ainda por mais tempo, com os devidos impactos que isso tem no movimento associativo, consideramos que é fundamental agilizar o este processo. Pede informação do que já foi transferido e aquilo que não foi, qual o ponto de situação.

Não sei se já há resposta ao que aqui foi colocado na reunião ocorrida há cerca de quinze dias sobre a limpeza de espaço público, nomeadamente na Rua José Gomes Ferreira. Na mesma linha deixar a preocupação da insuficiência de limpeza e manutenção em alguns logradouros e espaços verdes nas zonas da Avenida da Escola Fuzileiros Navais, Rua Júlio Franco, Rua da Juventude.

Continuam a chegar relatos de outras situações ao nível da recolha de resíduos na zona da Verderena e Alto do Seixalinho de alguma insuficiência na recolha por parte dos serviços municipais. Gostaria de saber qual o ponto de situação. Em algumas áreas junta-se também a dificuldade que a AMARSUL tem tido em conseguir corresponder àquilo que é o esperado na recolha de resíduos que estão dentro dos contentores e na limpeza das zonas envolventes aos contentores. Essa manutenção e limpeza não é feita e no caso da AMARSUL tem ainda mais importância porque o município enquanto acionista por via da Câmara Municipal, consideramos que tem de intervir.

Referir também um outro aspeto ao nível do espaço público no parque Catarina Eufémia, há algum tempo falta a placa identificativa que existia junto à Estátua Alfredo da Silva.

Por último e não menos importante, felicitar a estudante Joana Costa que se consagrou bicampeã da modalidade de cálculo mental na semana anterior, deixando um repto aos vereadores e Presidente para se aprovar uma saudação à estudante que levou a cidade do Barreiro ainda mais longe.

O Senhor Presidente informou que estaria totalmente de acordo, sendo um bom exemplo de como uma aluna poderia praticar desporto, sendo uma excelente aluna e ganhar um campeonato de calculo mental.

O Vereador Rui Braga interveio dizendo que durante a semana teria recebido diversas observações por parte de munícipes devido a viaturas abandonadas, informando que a Câmara Municipal tem um plano para recolher cerca de 72 viaturas da via publica em que foi assinado um protocolo com a Baia Tejo, um trabalho que será realizado ainda durante aquela semana.

Relativamente aos Led's, as suas implementações estariam a cerca de 70% da mudança para os Led's novos, que em termos gerais a mudança estaria a correr bem, no entanto existiria situações que não estaria a correr tao bem como previsto.

Nos Fidalguinhos seria um dos locais com algumas preocupações que com o acompanhamento do Gabinete do Vereador Bruno Vitorino, os problemas reportados quer por munícipes, quer pelos serviços camarários estariam a ser verificados antes que a empresa se fosse embora sem que as ocorrências fossem resolvidas.

Durante a semana estiveram reunidos os técnicos conjuntamente com os serviços do Gabinete do Vereador Bruno Vitorino e a empresa que estaria a levar a cabo a operação onde ficou alinhavado a solução de alguns problemas que estariam a ocorrer e estariam a ter solução a breve trecho e que algumas áreas do concelho se tem verificado um resultado muito positivo.

Informou também a instalação das primeiras passadeiras inteligentes que tem uns sensores que detetam a presença do peão e que acendem em cima da passadeira, foi instalada nos Fidalguinhos junto ao Café “A Vida é Bela”, a empresa está com a empreitada em curso onde será um primeiro teste que irá acompanhar cerca de 70 reforços de passadeiras com sinais verticais também em LED, mas o conjunto de 10 passadeiras irá colocar alguns pontos da cidade vantajosos em termos de segurança de travessias de peões.

O vereador também transmitiu esclarecimentos sobre a Braamcamp dizendo que o júri entregou e informou o Presidente da Câmara do relatório final do concurso, o qual o júri deliberou muito entusiasmado com o relatório final em que a empresa que ganhou foi a Saint Germain – Empreendimentos Imobiliários, S.A. onde apresentou uma proposta de cinco milhões e dez à Câmara Municipal o qual transmitiu um conjunto de informações porque o resultado da discussão materializado em factos, oitenta e dois por cento do território iria voltar para o domínio da autarquia, o concorrente preencheu o requisito que se encontrava no caderno de encargos, em que iria ficar apenas com os lotes a serem construídos, a caldeira, a zona do sapal voltarão a estar de posse à autarquia na sua propriedade, uma situação à muito idealizada de espaço público com a autarquia a comandar o território e que seja de usufruto de todos.

O investimento tomado estaria perto dos quarenta milhões de euros com a construção de cento e oitenta e cinco fogos, a unidade hoteleira que seria obrigação irá ter capacidade de cento e oitenta e oito camas, a recuperação do moinho com o projeto incluído no programa de procedimento também terá sido cumprido e de acesso a toda a população, outros espaços irão ser efetuados tais como um circuito de manutenção, um parque de merendas público, um parque juvenil com dois campos de street basket, uma torre de observação paisagística, passadiços em cima da zona de reserva de forma a proteger a flora existente, medidas dedicadas às alterações climáticas, da subida das águas do mar e das ondas de calor todos os critérios preenchidos pelo concorrente onde a autarquia irá ter um espaço requalificado para todos o usufruírem.

O Vereador João Pintassilgo interveio respondendo às questões colocadas sobre os espaços verdes, dizendo que o concelho é rico em espaços, mas seria espaços não consolidados que

aos poucos iriam ser reconvertidos, um dos espaços a sofrer alterações seria na curva da Rua Miguel Bombarda com a Avenida do Bocage e que posteriormente seria realizado uma intervenção entre o Alto da Paiva e a Avenida do Parque da Cidade.

Sobre os resíduos confirmou a existência de um problema localizado na perpendicular da Avenida dos Fuzileiros Navais junto aos espaços comerciais onde existia contentores de superfície e foram substituídos por contentores enterrados em que os munícipes e os espaços comerciais ali existentes não depositam os seus resíduos nos ecopontos ali existentes.

Comunicou que iria decorrer uma ação conjunta com a Divisão de Resíduos e a União de Freguesia com distribuição de porta a porta de um comunicado à população onde se explica o pretendido, e também iria decorrer com o Presidente da União de Freguesias uma ação direta com os comerciantes que seriam os responsáveis pela maioria de resíduos criados que enchem rapidamente os contentores de superfície.

O Vereador Rui Lopo interveio referindo um momento de propaganda política que mais uma vez, na nossa opinião independentemente das opções de fundo, foi colocado de forma descalibrada porque os eleitos desta Câmara não têm informação. Deram uma informação desgarrada sobre uma avaliação de um júri. Temos informação que tinham sido recebidas duas respostas e muitas perguntas poderiam ser feitas sobre esta matéria, gostávamos que acontecesse um maior debate e informação. A forma como foi colocado não nos parece justo, mas quando se quer controlar o debate no paod, vir aqui com uma observação de algo que tem todo o interesse para a cidade mas sem prestar informação suficientemente, clara e sucinta para que possamos fazer opinião. Muitas coisas haveria para dizer sobre o aquilo que aqui foi dito, mas o que se pretende é um debate curto e focado, mas as observações ditas não o permitem. O que gostávamos de boas notícias era que os barreirenses ficassem esclarecidos sobre a fatura de água que praticamente duplicou durante o último mês, e que muita gente anda a perguntar porque pagou e como pode pagar. Houve muitos barreirenses que viram o seu IMI agravado, pese embora a Câmara tenha decidido não agravar e não sabem como devem fazer para reclamar o não pagamento do IMI. Eu digo aos barreirenses que reclamem junto da autarquia para não pagar o IMI que estão a ser majorados, tendo a Câmara decidido não majorar. Isso é que eram boas notícias para os barreirenses, porque a construção de 185 fogos não sabemos em quantos prédios, nem qual a taxa de ocupação da nossa frente ribeirinha. Enfim muitas perguntas haveriam para fazer e parece-nos que não são necessariamente boas notícias, são boas notícias quando se comprovar que aquela é de facto uma boa opção, que até pode ser urbanisticamente, agora do ponto de vista da propaganda política, não temos dúvidas que esse é o posicionamento que querem atingir. E ainda há uma outra questão que é as responsabilidades que o município está a assumir, de expectativas geradas junto dos

concorrentes quando está em curso uma providencia cautelar e quando o processo prevê indemnizações no caso dessas expectativas serem defraudadas.

Outra questão que era elegante terem respondido à pergunta que deixamos na última sessão de câmara ordinária que é: porque razão existem duas atas da sessão de câmara da Quinta do Braamcamp assinadas pelo sr. Presidente da Câmara? E essa resposta, hoje devia ter sido aqui dada, aliás, podia e devia ter sido dada na última reunião de câmara e não o foi. Desde já deixo aqui novamente essa questão: porque é que existem duas atas da mesma sessão de câmara assinadas pelo senhor Presidente da Câmara. Na altura fui aqui acusado e apesar de não ter colocado nenhum juízo de valor sobre aquilo que foi dito ou afirmado, que o eleito A, B ou C eram isto ou eram aquilo, aqui foi dito que eu estava a ser negligente, que estava a acusar os eleitos de falta de credibilidade e até de crime, não usei nenhuma dessas expressões mas gostava de ver a questão que levantei respondida.

Também gostávamos de perceber outra questão. Os eleitos da CDU trouxeram ao órgão câmara uma proposta para que se considerasse a oferta de computadores às crianças das nossas escolas que não têm computador. Fomos surpreendidos com os serviços municipais a entregarem computadores a crianças. Gostávamos de perceber e quando dizem que gostamos de algum entendimento colegial que seria agradável e salutar, mas que depois tem dois pesos e duas medidas – a Câmara não quis sequer votar essa proposta da CDU e depois, por outro lado, entrega computadores. Não sabemos com que critérios, não sabemos com que lógica, teria algum interesse percebermos porque é que isso acontece. Porque é que os partidos políticos, particularmente o Partido Socialista, e creio que o PSD não se recusaria à integração da proposta, mas afirmou que se absteria, porque é que não se levou adiante a apresentação da proposta, ou melhor, percebeu-se que não havia vontade política de fazer passar essa proposta da CDU.

Por último, algo que é igualmente sério do ponto de vista da abordagem política, que é a incapacidade do Barreiro em se afirmar no quadro nacional e regional do ponto de vista estratégico. Já vamos em quase com três anos de mandato gerido pelo Partido Socialista, que tem a sorte e com certeza também o mérito político de ter uma gestão ao nível do governo, assiste-se a uma total subserviência autárquica àquilo que são as emanações do poder central. O Barreiro está claramente relegado para um segundo plano, reafirma-se esse relegado para segundo plano com um conjunto de opções que vem sendo a serem tomadas em matérias de governação, em concreto, nas opções estratégicas. Temos hoje, um quadro de gestão na Área Metropolitana de Lisboa, que não tem um plano regional de ordenamento do território revisto e adaptado às realidades sócio económicas de hoje e aos desafios da próxima década. Esperemos que aquilo que são as lógicas de retoma económica que o governo está a procurar

afirmar, olhem não só no quadro da área metropolitana de Lisboa e no país, mas que olhem particularmente para o Barreiro. O que vimos, foi um posicionamento e a ocupação de um espaço por parte da autarquia de Almada e de Oeiras, um espaço que o Barreiro não preencheu. E o Barreiro não preencheu porque pura e simplesmente a presidência da Câmara não ocupa esse espaço. Não ocupa esse espaço porque quer agradar ao governo e prefere dizer que quer um aeroporto no Montijo, a colocar aviões por cima do nosso concelho, a perturbar a nossa qualidade de vida; porque pretende travessias não do ponto de vista da sua prioridade, aliás nós também as defendemos, particularmente a ponte Barreiro Seixal, mas prioriza essas travessias que nos colocam numa situação periférica ao contrário de reivindicar uma ponte ferro rodoviária para Lisboa. E isto é indispensável que os barreirenses conheçam e percebam, que esta autarquia tem feito muito pouco daquilo que são as reivindicações de aspetos centrais no nosso desenvolvimento estratégico, particularmente no quadro desta mobilidade da AML, do eixo do anel ferroviário, das ligações mais francas a Lisboa, não só para ir para Lisboa como para Lisboa chegar a este eixo central da península de Setúbal. O que estamos a ver, é que o Barreiro fica claramente relegado para segundo plano nesta disputa que é normal mas não diria salutar, porque no quadro do ordenamento do território regional que deve ser inclusivo ente os municípios, não devemos estar a dar a prioridade ou reconhecer legitimidade, ou a legitimidade até podemos reconhecer, mas que devemos hierarquizar essas prioridades, e em momento nenhum, qualquer atravessamento em túnel na zona da Trafaria foi colocado em termos de planeamento regional e de ordenamento do território como sendo algo prioritário a acontecer, alias, veja-se também que o aeroporto do Montijo não estava colocado em lado nenhum do ponto de vista do ordenamento do território. É indispensável que os barreirenses reconheçam que tem nos eleitos da CDU e na sua participação pública e naquilo que é a sua intervenção, um aliado, alguém que procurará intervir na defesa dos interesses do Barreiro e na defesa dos interesses dessas opções estratégicas que marcam não só um mandato autárquico mas muitos mandatos, e que podem contar com a CDU no desenvolvimento do futuro do Barreiro. Contarão com os eleitos da CDU na participação política ativa, no sentido de voltar a colocar em cima da mesa, aliás temo-lo feito de uma forma menos conhecida, temos trabalhado num conjunto de contactos que procurassem afirmar a necessidade da existência da TTT nos próximos quadros comunitários de apoio, nas próximas linhas de financiamento, mas enfim, agora que a matéria é publica e não vimos nenhuma demarcação ou prova de força da gestão municipal, os barreirenses podem contar connosco para que essa prova de força seja rebocada, afirmada e puxada pelos eleitos da CDU, com ou sem o interesse das forças partidárias que neste momento gerem os destinos da Câmara Municipal.

O Vereador Rui Braga respondendo às questões afirmando que os vereadores e a população do Barreiro terão acesso à documentação do processo da Quinta da Braamcamp, não tendo nada a esconder sobre o processo em questão.

Sobre a reclamação para o não pagamento do IMI, os munícipes terão de reclamar com as finanças com a ajuda da autarquia.

Relativamente sobre as atas o assunto foi colocado e bem, quando foi questionado da existência de uma ata no site da autarquia diferente daquela que teria sido aprovada em reunião de câmara, para que não houvesse dúvidas foi mandado levantar um processo de inquérito interno para apurar essa situação, dizendo que a ata que foi publicada foi um draft sem as incorporações apresentadas em reunião de Câmara e que o erro já haveria ter sido corrigido havendo apenas uma ata aquela que teria sido votada por todos os vereadores em reunião de Câmara.

O Senhor Presidente interveio dizendo que sobre as atas que o Vereador Rui Lopo na ultima reunião alertou da existência de duas atas, pelo que afirmou que existe apenas uma ata aquela que teria sido votada em que de facto foi aberto um processo de inquérito interno para se perceber o que teria se passado, e se os vereadores pretendessem que fosse remetido o resultado seria enviado afirmando que nas reuniões de câmara sempre que tem uma agenda muito preenchida como naquela altura, os serviços tem a sua autorização para colocar na ata que é votada a sua chancela para o processo dar seguimento, e o que aconteceu foi que a ata recebeu contributos por parte dos senhores vereadores e na reunião foi feita alguma alterações não de substância, mas sim de ordem e que a ata que foi carregada e chancelada não teria sido a ata afinal com contributos e ordenada estando a referida reunião gravada para verificação do assunto.

O Vereador Rui Lopo referiu que a apreciação perante a dúvida e a dimensão da dúvida colocada há duas reuniões de câmara atrás. Teríamos ideia de que informar o órgão mesmo que não seja em reunião do órgão, sobre os procedimentos que se adotaram teria sido importante. Não estamos a falar de um mero ato administrativo, estamos a falar de uma ata da sessão de câmara, aquilo que os senhores vereadores aprovam ou não aprovam. É aquilo que muitos de nós às vezes com mais atenção, outras vezes com menos atenção, tem o cuidado de ler e de reler para ver se é exatamente aquilo que foi aprovado. Na ata em questão, não estamos a falar de meros diz que disse. Não estamos a falar de corrigir algo que um ou outro vereador teria dito, mas sim, estamos a falar de um parágrafo com substância técnico-jurídica, portanto não é como aqui foi dito, não é a introdução daquilo que os eleitos quisessem que passasse a aparecer, foi aquilo que alguém se lembrou que aparecesse de forma diferente em uma ata.

Não sabemos se o inquérito que foi levantado identificou qual foi o texto que estava e qual foi o texto que voltou a estar, ou que passou a estar. O que nós sabemos é que existem duas atas

assinadas pelo Presidente, e já agora tenho a ideia de que as referidas atas não estariam chanceladas pois as assinaturas são diferentes, ou seja, o que o Presidente disse, é que as atas estão chanceladas, mas recordo-me de ter visto no dia da sessão de câmara em que esta questão foi levantada, e agora estão a dizer que o senhor Presidente tem duas chancelas. Bem, eu não sei quantas tem mas se é o numero de chancelas que vai justificar o facto de ter pelo menos duas atas assinadas isto coloca muita coisa em causa do ponto de vista formal daquilo que nós aprovados aqui em câmara, é que podemos colocar em causa a posição dos órgãos. Nós estamos num domínio da palavra e o domínio da palavra não pode ser aquele que aqui foi colocado, de que há aspetos nas atas de menor importância. Não, o aspeto que foi alterado, ou melhor não quero dizer que foi alterado porque o senhor Presidente disse que pediu um inquérito e vamos esperar e pedir o resultado desse inquérito, e isso servirá para fazermos a avaliação. Agora, que existem duas atas assinadas com a assinatura e que gostávamos de saber qual é a ata que é válida, qual é a última versão que efetivamente está dada como válida, porque a dúvida ficou colocada e tem que ser esclarecida.

Há um outro assunto grave que foi aqui dito hoje. Nas reuniões que temos mantido com a Plataforma da Braamcamp, aliás gostava que o vereador Rui Braga tivesse hoje dado a boa noticia de que o lixo apanhado por um grupo de pessoas já estivesse recolhido, porque as pessoas limpam algo que os serviços municipais com a vossa orientação não o tem feito. As pessoas que limpam, deixaram o lixo acondicionado em vários sítios e informaram os serviços municipais para a sua recolha e até à data de hoje ainda não tinha acontecido. Gostávamos muito que essas tivessem sido as boas noticias e que coisas elementares tivessem acontecido. Tive a oportunidade de falar com as pessoas da plataforma que já sabiam que a entidade que estava relatada pelo júri como estando à frente, era essa empresa Saint Germain que teria sido a vencedora, e que isso teria sido algo que teria sido informado em sede do processo. Será que foi só ontem que o Sr. Presidente soube? Pelos vistos não. Pelos vistos no processo jurídico que está em curso já se sabia. Não acreditamos que o Presidente tivesse conhecimento só ontem, alguém tem de ser responsabilizado por isso.

Já agora, eu não disse que a intervenção urbanística fazia sentido. É no quadro dos concorrentes que apresentaram as propostas, sendo dois, se calhar esta faz sentido de acordo com os critérios que vocês definiram e que o júri escolheu. Nós gostávamos de saber porque escolheu uma e não escolheu a outra. Será que foi por aquilo que me disseram no dia da limpeza da Braamcamp que é porque a outra concorrente foi excluída? Então, passo a informar o órgão câmara de que a informação que tenho é que o outro concorrente foi excluído. O vereador Rui Braga, se calhar podia ter dito isto aqui e venha aqui confirmar se o outro concorrente foi excluído ou não, porque

essa foi a informação das pessoas da plataforma que tem acesso ao processo jurídico me disseram.

Para terminar, sobre os “truques” da CDU que referiu. A CDU não mudou de opinião sobre a majoração do IMI nas frações devolutas. A CDU mantém a opinião que aumentar o IMI nos prédios devolutos. Nas casas que não estão ocupadas para aumentar em três milhões de euros no orçamento da câmara é que não. Quando se fazem panfletos, quando se faz comunicação política a dizer que se baixa o IMI e o que se está a fazer é aumentar o IMI, é exatamente não corresponder àquilo que se diz e com isso não contam com os eleitos da CDU. Nós continuamos a achar que a média de majoração do IMI em prédios devolutos, em frações abandonadas faz sentido, quando isso tem um objetivo urbanístico para corrigir. Quando isso é apenas e só para aumentar o orçamento da câmara de forma, bem nem quero caricaturar a forma mas é o que acontece é que ainda não foram capazes de retirar esses três milhões de euros da câmara, aliás como já discutimos aqui anteriormente, não contam com a CDU. Portanto a CDU mantém a sua posição, majorações sim, nos casos em que ela tende a corrigir comportamentos urbanísticos, no caso em que seja apenas e só, para aumentar os cofres da câmara e quando se diz uma outra coisa na campanha política, repito, não contarão connosco para isso.

O Senhor Presidente informou da existência de um relatório preliminar em que um dos concorrentes se pode prenunciar o qual o prazo findou à cerca de dois dias atras pela meia noite, e quando o prazo finda é elaborado um relatório final e que certamente se houvesse pessoas que tiveram acesso ao processo judicial verificaram aquilo que estaria presente no relatório preliminar, e o que seria para ser avaliado estaria no relatório final sendo o júri externo ao programa de procedimentos e que não iria prenunciar-se antes de ter terminado o relatório preliminar.

O Vereador Rui Lopo volta a intervir informando que se esqueceu de dizer que o serviço de finanças do Barreiro tem informado os munícipes para que os mesmos reclamem perante a Câmara sobre a majoração do IMI, que isso não deveria estar a acontecer, e que é imprescindível que se ajude a pessoas a corrigir aquilo que foi aprovado em reunião de Câmara em não majorar o IMI em prédios devolutos.

O Vereador Rui Braga informou que o outro concorrente teria sido excluído por não instruir o processo como requerido enquanto o outro concorrente apresentou corretamente o processo devidamente instruído e dentro dos requisitos.

Sobre o IMI teria dado uma ordem que já teria partido do executivo anterior sobre os prédios devolutos, onde foi majorado cerca de 80 prédios existentes no Barreiro Velho em que todos eles de ponto de vista urbanístico teriam a chancela e a certeza de que o prédio estaria devoluto e

que o objetivo da autarquia seria de os repor. A definição de prédio devoluto tem um enquadramento legal e que os eleitos da CDU concordaram, o qual foi concordado que na existência de 6 mil conforme listagem apresentada em reunião de câmara seriam 6 mil prédios identificados pelo departamento de águas que preenchiam o requisito de ser considerado prédio devoluto por não ter contador de água há mais de um ano, só teria a visão urbanística.

O Vereador Rui Lopo pediu a palavra para tentar esclarecer o que foi dito pelo vereador Rui Braga e que o vereador afinal veio aqui confirmar que a ação política da CDU, no que diz respeito em matéria de majorações, os 80 prédios de que falou em que concordamos com a majoração teriam a ver com questões urbanísticas. O que foi deixado pelo executivo anterior seriam prédios que estavam entaipados, abandonados, fechados com cimento e com tijolo, e esses sim, tinham um comportamento urbanístico degradante, causam má imagem na nossa cidade. Os prédios devolutos que o vereador propôs majorar e aumentar o IMI que resulta num aumento de 3 milhões de euros, são casas, são apartamentos que podem não estar ocupados por várias razões, ou que não tenham contratos de água, luz ou gás, que as pessoas até podem estar no estrangeiro ou noutra condição, e podem não estar desocupados, seria injusto majorar e por isso não houve concordância da nossa parte majorar o IMI em definitivo. O que seria bom era consultar as pessoas. Achamos que haviam muitas situações que eram injustas e sobretudo e de facto é porque essa majoração tinha um objetivo de aumentar em três milhões de euros a receita de IMI da autarquia, como se comprova com a revisão orçamental e com o processo de discussão que fizemos há tres semanas atrás. Por mais que digam que a CDU mudou, ou como utilizou a expressão que “partiu a espinha”, nós “não partimos a espinha”, mantemos. Penalizar as pessoas quando se diz que o que se quer é beneficiar e a seguir aumentar em três milhões de euros o IMI, senhor vereador não pode contar connosco para isso.

O Vereador Bruno Vitorino interveio no sentido de esclarecer que a primeira força política a apresentar uma proposta de aquisição de computadores para alunos cujo agregado familiar não tivesse condições para essa aquisição teria sido o PSD e a concordância entre todos teria sido que, havendo uma iniciativa do Governo na aquisição de computadores para quem tenha o primeiro escalão e não tenha condições financeiras para os comprar, não faria sentido estar a um mês e pouco do encerramento do ano letivo comprar computadores. Uma vez que o Governo prometeu que os iria comprar e o Vereador foi o primeiro a dizer que se deveria adiar a decisão do Executivo e caso o Governo não cumprisse, então teria que ser uma prioridade.

Informou que tendo a seu cargo o pelouro com a responsabilidade de um Gabinete de Apoio à Família e à Criança e face a solicitações de pais em relação a meios informáticos no imediato, conseguiu arranjar quinze computadores de particulares e de empresas Barreirenses, apelando a quem estivesse a assistir e tivesse computadores com ligação à internet, em condições de

serem utilizados por crianças, que fizessem chegar essa doação. Foi falado com os agrupamentos e foram entregues a duas crianças por agrupamento, com critérios definidos pelas escolas, dentro dos casos que as escolas haviam sinalizado.

O Vereador informou também que na Mata da Machada se continua a trabalhar na prevenção dos incêndios, agradecendo ao Vereador João Pintassilgo e aos serviços do seu pelouro na ajuda que estaria a dar na regularização dos caminhos, realizada atempadamente, pois estariam em contra relógio para a realização de alterações e de obras para que se realizassem os campos de férias com condições para o seu funcionamento.

Relativamente à prevenção de incêndios, à semelhança de anos anteriores em que se realizaram reuniões com diversas entidades, continuará a existir fiscalização, o patrulhamento continuará em colaboração com as entidades competentes, o SEPNA (Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente, o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) e também com os Fuzileiros. Informou, ainda, que estão aprovadas duas candidaturas aos jovens voluntários para a floresta, um projeto do IPDJ (Instituto Português do Desporto e Juventude) e já atariam abertas as inscrições para os jovens dos 18 aos 30 anos, para ajudarem na deteção de incêndios na Mata Nacional da Machada.

Quanto à questão da Quinta de Braamcamp, o Vereador considera excessivo o pagamento a advogados, esperando que o processo jurídico corra bem. Algumas das coisas previstas não seriam de sua opção, mas ficar como está, durante mais tempo, questionou se seria de interesse para Barreiro? Considera que seria a sua estagnação em relação a um território dos mais nobres, podendo, com uma estratégia integrada na valorização de toda a zona ribeirinha, a regeneração do Barreiro Velho e até mesmo do centro da cidade, questionando se é isso que se pretende?

O Vereador apenas fará aquilo que será melhor para o Barreiro, e o que se pretende para o concelho não será como está neste momento, afirmando que desde o início da pretensão de compra daquele espaço, sempre afirmou que não o chocaria que se construísse naquele espaço habitação, ter vida naquele território, ter gente, ter quem cuide do espaço público, ter a necessidade de iluminação pública, ter a necessidade de policiamento, não deverá ser mais uma zona ao abandono. Contrariamente a muitas outras que foram ficando, onde foram investidos milhares de euros ao longo dos anos, deveriam intervir no território, não verificando qual o problema de ter privados, qual o problema ideológico, verificando-se depois com isso a estagnação de um concelho, estando totalmente de acordo que será necessário fazer algo, mesmo com falhas, com críticas em relação ao processo, mas continuar como está não estará correto.

O Vereador referiu que ficou satisfeito por ter verificado que algumas propostas que foram apresentadas pelo PSD de forma a valorizar estariam incorporadas no caderno de encargos, em

que os próprios promotores acharam relevante num espaço de mais valia ao seu projeto com a sua qualidade de ligação ao rio e à cidade, para usufruto das pessoas, valorizando o próprio projeto.

O Vereador Rui Lopo interveio para dizer que os eleitos da CDU não são contra a colocação de Led's, nunca disseram isso. Disse, somos contra a forma como o processo de colocação de leds foi trazido à câmara e sobre os dados que trouxeram e existiram para a sua avaliação. Não foram apresentados dados suficientes para a sua avaliação, para podermos considerar entre vários modelos e formas de poderem ser considerados.

O Senhor Presidente interveio dizendo que sobre a questão dos computadores, o Vereador Bruno Vitorino o abordou e concordava de facto se deveria separar a possível aquisição da câmara deste processo que é um processo de donativo, uma situação seria num trabalho que o Gabinete de apoio à Família estaria a fazer e outra coisa seria aquilo que a autarquia de uma aquisição de material onde fomos unanimes, tentar saber de que forma o Governo iria articular, para tal teria que haver uma provisão financeira por parte da câmara ter que fazer a aquisição dos aparelhos.

Sobre a questão da Braamcamp gostaria que o projeto fosse apresentado à população de forma transparente, os concorrentes tiveram que se comprometer em processo de candidatura do procedimento concursal, sendo um processo com um compromisso para a redução da fiscalidade municipal o qual se fez o compromisso da redução do IMI familiar porque as condições financeiras assim o ditavam, mas de forma que pudéssemos ir mais alem seria muito importante que houvesse no Barreiro mais investimento, para que houvesse redução do IMI de forma a ser mais atrativos, e a Quinta da Braamcamp seria uma alavanca para todo o processo, para que no Barreiro haja mais investimento, mais requalificação do território, mais emprego, mais atratividade no território, mas o nosso compromisso será aquele mesmo que foi apresentado.

Afirmou também que sobre a falta de posicionamento metropolitano e estratégico que defendem todos os projetos existentes, tais como o projeto do aeroporto, do terminal, das ligações rodoviárias Barreiro/Seixal e Barreiro/Montijo, mas uma coisa no qual tem comprometido fazer e com a equipa que o acompanha de que muitas vezes se fala da alta politica e se esquece do real problema das pessoas e realmente pretende que o Barreiro se posicione, que marque pontos, que se enquadre nesses projetos, mas não quer que sejam desculpa para não os realizar, para não criar mais mobilidade, para não trazer investidores, para não requalificar, não fazer obras, não mudar no Barreiro o que ainda existe para ser mudado, e o que pretendemos é fazer obra, requalificar e trazer investimento.

- ORDEM DO DIA -**1. Ata da reunião ordinária pública de CMB de 02 de outubro de 2019**

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada, que passou a integrar a **Deliberação nº 222/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo B**"

Os senhores vereadores Sara Isabel Lopes Heitor e Apolónia Maria Alberto Pereira Teixeira não participaram na votação conforme o disposto no n.º 3 do art.º 34 do DL n.º 4/2015 de 7 de janeiro.

2. Ata da reunião ordinária pública de CMB de 28 de outubro de 2019

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada, que passou a integrar a **Deliberação nº 223/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo C**"

Os senhores vereadores Sara Isabel Lopes Heitor, Alexandra Maria dos Santos Gomes Alves Silvestre e Apolónia Maria Alberto Pereira Teixeira não participaram na votação conforme o disposto no n.º 3 do art.º 34 do DL n.º 4/2015 de 7 de janeiro.

3. Ata da reunião extraordinária privada de CMB de 30 de abril de 2020

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada, que passou a integrar a **Deliberação nº 224/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo D**"

Os senhores vereadores João António da Silva Pintassilgo e Apolónia Maria Alberto Pereira Teixeira não participaram na votação conforme o disposto no n.º 3 do art.º 34 do DL n.º 4/2015 de 7 de janeiro.

4. Ata da reunião ordinária pública de CMB de 06 de maio de 2020

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada, que passou a integrar a **Deliberação nº 225/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo E**"

A senhora vereadora Alexandra Maria dos Santos Gomes Alves Silvestre não participou na votação conforme o disposto no n.º 3 do art.º 34 do DL n.º 4/2015 de 7 de janeiro

5. Abertura de concurso público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, para concessão para a conceção, construção e exploração de um crematório no Cemitério Municipal da Vila Chã

A Proposta foi **RETIRADA**

6. Processo 917/20 – Pagamento de indemnização

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada, que passou a integrar a **Deliberação nº 226/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo F**"

7. Contrato de arrendamento com a Baía do Tejo, S.A. para instalação de uma incubadora de empresas – “Startup Barreiro”

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada, que passou a integrar a **Deliberação nº 227/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo G**”

8. Abertura de concurso público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, para fornecimento de refeições em refeitórios escolares

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada, que passou a integrar a **Deliberação nº 228/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo H**”

9. Empreitada de “Reformulação da Mobilidade e Espaço Público na AV.ª da Liberdade”. Ratificação do Despacho do Sr. Presidente nº255/2020

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada, que passou a integrar a **Deliberação nº 229/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo I**”

10. Atribuição de medalhas de antiguidade aos trabalhadores da Autarquia, Serviços Municipalizados dos Transportes Coletivos do Barreiro e Juntas de Freguesia

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada, que passou a integrar a **Deliberação nº 230/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo J**”

11. Apoio à implantação de medidas de autoproteção contra incêndio

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada, que passou a integrar a **Deliberação nº 231/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo K**”

12. Atribuição de subsídio à Associação dos Amigos da Mata da Machada

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada, que passou a integrar a **Deliberação nº 232/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo L**”

13. Atribuição de subsídio ao Agrupamento de Escuteiros 1180 de Santa Cruz

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada, que passou a integrar a **Deliberação nº 233/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo M**”

14. Aceitação de Donativos em Espécie – Fidelidade Companhia de Seguros S.A., Santogal N Lda., e Sandra Catarina Godinho Bonito

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada, que passou a integrar a **Deliberação nº 234/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo N**”

15. Projeto “Escola para todos”

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada, que passou a integrar a **Deliberação nº 235/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo O**”

16. Saudação – Dia Nacional das Coletividades – 31 de Maio 2020

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada, que passou a integrar a **Deliberação nº 236/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo P**”

17. Apoio ao Movimento Associativo - Apoio para reparação e renovação do piso do pavilhão Vitor Domingos - Grupo Desportivo Fabril

A Proposta foi **RETIRADA**

18. Abertura do procedimento de candidaturas a Juízes Sociais

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada, que passou a integrar a **Deliberação nº 237/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo Q**”

19. Dia do Bombeiro 2020

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada, que passou a integrar a **Deliberação nº 238/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo R**”

20. Aceitação de donativo em espécie – EDP Produção à CMB – COVID19

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada, que passou a integrar a **Deliberação nº 239/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo S**”

21. Saudação á Escola Fuzileiros Navais e Comandantes

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada, que passou a integrar a **Deliberação nº 240/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo T**”

22. Saudação Campeã do Cálculo Mental – Joana Costa

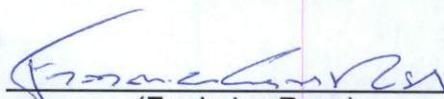
A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada, que passou a integrar a **Deliberação nº 241/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como “**Anexo U**”

- ENCERRAMENTO DA REUNIÃO E APROVAÇÃO DA ATA-

Os textos das deliberações (propostas) foram aprovados em minuta, nos termos da deliberação nº 3/2018 tomada em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 12/01/2018, tendo para o efeito sido assinadas pelo Sr. Presidente da Câmara e por quem as lavrou.

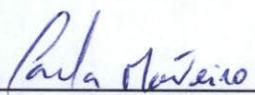
Não havendo mais nada a tratar o Sr. Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a presente reunião, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que após lida e aprovada por **UNANIMIDADE** na reunião de 4 de novembro de 2020, vai por mim ser assinada, Carla Sofia Monteiro, assistente técnica, da Divisão Jurídica e de Administração Geral, que a lavrei na qualidade de secretária e pelo Sr. Presidente da Câmara Frederico Rosa.

O Presidente



(Frederico Rosa)

A Secretária



(Carla Monteiro)